

**NOVOS INVESTIMENTOS DA PETROBRAS E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOESPACIAIS NOS MUNICÍPIOS DE MARAGOGIPE E NAZARÉ,
BAHIA - BRASIL¹**

Carlos Eduardo Lima dos Santos²
Maria Auxiliadora da Silva³

Resumo

A contemporaneidade exige constantes reformulações das práticas econômicas, e nisto o território, base material das ações humanas, também é constantemente reestruturado para atender as demandas sociais advindas de novos fluxos e fixos. O presente trabalho visa identificar e compreender as dinâmicas territoriais advindas dos processos de reativação do estaleiro de São Roque do Paraguaçu, pertencente à Petrobras, para os municípios de Maragogipe e Nazaré, no Estado da Bahia, Brasil. A realização deste estudo exige a pesquisa bibliográfica, como também a coleta de dados em campo, incluindo registro fotográfico e levantamento estatístico e documental em empresas e instituições. Serão analisados documentos como o PAC – BA (Plano de Aceleração do Crescimento), Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável e Plano Plurianual, além de aplicadas entrevistas. Essa obra promove nos municípios supracitados e circunvizinhos certa dinamização, já que movimenta o comércio, as redes de hospedagem e alimentação, gera empregos e a demanda de cursos técnicos e profissionalizantes, podendo contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: território, dinâmicas territoriais e rede urbana.

¹ Pesquisa em andamento, para elaboração de dissertação no Curso de Pós-graduação em Geografia.

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: cadulima.geografia@hotmail.com; bolsista do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: cadulima.geografia@hotmail.com

³ Professora orientadora do projeto de pesquisa em andamento; coordenadora do Grupo de Pesquisa em Produção do Espaço Urbano – PEU, Universidade Federal da Bahia.

Introdução

O Brasil passa por um momento de crescimento econômico, no qual os setores de construção civil, engenharia naval e especialmente a indústria petroquímica despontam como sinônimos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a Bahia dá neste momento um grande salto, em virtude da reativação do estaleiro da Petrobras⁴, em São Roque do Paraguaçu, no Recôncavo baiano, e previsão de construção de outro estaleiro e de um dique seco.

O estaleiro de São Roque do Paraguaçu, distrito do município de Maragogipe, vem passando por crescente ampliação e melhorias infra-estruturais, com o intuito de ser novamente um grande atracadouro para reparos e construções de plataformas petrolíferas. Executados os projetos previstos, São Roque pode se transformar num importante pólo naval.

Obras de tal porte, sem dúvida, interferem direta e indiretamente nas dinâmicas econômica e social de diversos municípios, não só aqueles onde a engenharia avançada estará presente, mas municípios vizinhos, dos quais é cooptada mão-de-obra e exigidas infra-estrutura de suporte. Há desta forma, geração de emprego, incremento do comércio local e demanda por cursos profissionalizantes, fato que demonstra a relevância da pesquisa.

A cidade de Maragogipe é sede administrativa do distrito de São Roque do Paraguaçu, onde se encontra o estaleiro de construções e reformas de plataformas petrolíferas. Há trinta anos, São Roque, como é conhecido, teve grande pujança econômica, atraindo empresas do setor petrolífero para a região. Após anos sem investimento, frutos da recessão das décadas de 1980 e 1990 e de outros fatores, em 2006 a Petrobras reativou o canteiro de São Roque, construindo a PRA-1 (Plataforma de Rebombeamento Autônomo 1).

Desde então, as atividades nesta localidade não param, e as melhorias em infra-estrutura são visíveis, desde a reforma do canteiro / estaleiro até a recuperação de estradas. Não pode deixar de ser citado, obviamente, que efetivado o projeto de construção do dique seco, a constituição de um pólo naval incrementará ainda mais a economia.

⁴ Petróleo Brasileiro S/A.

A estrutura deste trabalho prevê, após esta introdução, uma discussão teórica sobre o conceito de território, analisando como a dinâmica territorial sofre influência das atividades econômicas e dos interesses hegemônicos, seguida de uma breve apresentação da implantação e crescimento da indústria petroquímica na Bahia. Em seguida, são indicados alguns procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa e alguns resultados preliminares.

Território e dinâmica territorial: breve entendimento

Segundo Araújo (2000), novos fluxos de mercadorias e serviços se intensificaram nas últimas décadas e articularam a indústria instalada no Nordeste com outros segmentos do Brasil e do exterior. No entanto, os indicadores sociais não acompanharam o desempenho econômico da região, que permanece, juntamente com a região Norte, numa situação desfavorável perante as demais regiões do país.

Levando-se em conta a realidade regional, a Bahia, mesmo com suas disparidades sociais, demonstra um melhor desempenho estatístico em termos econômicos em comparação com os demais estados, em decorrência das medidas modernizadoras implantadas a partir de 1990 (SILVA e FONSECA, 2008).

A organização espacial baiana reflete as múltiplas inserções das práticas humanas, particularmente as atividades econômicas, que se desenvolvem diferencialmente em cada ponto do território e influenciam a dinâmica territorial. Entender as diversas espacialidades baianas, cada uma com sua complexidade, perpassa, então, pela compreensão dos conceitos de território e de dinâmicas territoriais.

O termo território é utilizado no senso comum para se referir a uma extensão da superfície terrestre, onde há essencialmente disputas pela afirmação dos interesses. No trato científico, conceitos de maior cunho geográfico (e menor teor organicista), porém, vem sendo elaborados já há algum tempo, e nesta linha o território vem sendo encarado como o *locus* do exercício do poder e da cidadania. Santos (2001, p. 15) admite:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma

noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica⁵.

Segundo Raffestin (1993), muitos geógrafos criaram grandes confusões em suas análises por usarem espaço e território como termos equivalentes, privando-se, conseqüentemente, de distinções úteis e necessárias. Para o autor:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Para Raffestin (1993), o território é uma produção que envolve uma gama de relações, sendo por isso, uma produção que se inscreve num campo de poder. Segundo o autor, a construção territorial se dá através de um conjunto de tessituras, de nós ou de redes e, como não existe, num território, um único ator e assim uma única representação, este resulta do jogo multilateral dos múltiplos atores⁶.

Sposito (2004) complementa a idéia de Raffestin (1993), afirmando que não se pode pensar o território de forma a-histórica, visto que a categoria tempo sempre aparece como referência necessária nos estudos do território.

Para Santos (1998), a nova realidade do território é representada pela “interdependência universal dos lugares”, expressão que vincula o pensamento diretamente aos termos globalização, antiglobalização, neoliberalismo, terceirização, terciarização, transnacionalização. Para o autor, o território, que era base fundamental do Estado-Nação, hoje é tomado pela noção pós-moderna de transnacionalização do território. Mas, pode um território ser transnacionalizado?

Para Fighera (1998), a redefinição de Estado imposta pela globalização redefine também a noção de território, sobre o qual o exercício do poder e suas funções deixam

⁵ Não estamos, aqui, adotando o conceito de território usado, elaborado pelo autor. Apenas faz-se referência que é o uso do território pelos diversos agentes sociais que lhe atribui importância como objeto de análise para a Geografia; o território pelo território, enquanto extensão física, é desprovido de sentido.

⁶ Apesar das ressalvas feitas por alguns autores, sobre a limitação do conceito de território de Raffestin, por utilizar uma concepção conservadora de poder e por considerar os agentes sociais como atores, entendemos que seu conceito pode ser discutido e analisado juntamente com outras abordagens, sendo complementado sempre que necessário.

de ser pontuais (corporações, centros de produção de tecnologia, cidades de mais alto nível na hierarquia urbana) e passam a não apresentar uma existência fixa e independente. “Nestes momentos, o território tende a ser menos ‘nacional’ e, simultaneamente, mais ‘mundial’.” (FIGHERA, 1998, p. 114).

De acordo com Souza (1998, p. 22), o território representa a “base operacional do processo de globalização e fragmentação”. Já para Theotonio dos Santos (1998, p. 72), o território é ainda um símbolo de resistência à onda globalizadora:

A questão territorial constitui um fator de moderação e bloqueio a uma tendência hoje muito forte de pensar o mundo como se tivéssemos um planeta totalmente integrado, ignorando os espaços culturais e econômicos locais.

Nestas concepções, o território aparece diretamente associado à escala nacional, visão criticada pelos autores que discutem este conceito na atualidade. As novas abordagens geográficas para o território incluem na sua análise uma perspectiva multiescalar, e superam a idéia de espaço físico, já criticada anteriormente, atribuindo possibilidades de vínculos, laços, valores e aspectos culturais na definição de um ou muitos territórios.

Ribeiro (2009) analisa que o território define-se múltiplo e, por isso, deve ser entendido através de um esforço interdisciplinar. Sobre as novas concepções do conceito de território, Ribeiro (2009, p. 26) afirma:

Sob a influência do conjunto das ciências sociais, o território passa da situação de uma descrição de uma malha espacial (no sentido jurídico-administrativo) para o estatuto de conceito que busca dar conta da complexidade da realidade e das construções sócio-econômicas inseridas em um espaço físico. O conceito de território remete tanto aos aspectos formais (distribuição no espaço de materiais naturais e construídos, divisões administrativas, políticas e jurídicas), bem como os aspectos ligados ao sentido das formas (as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores) (...)

Assim, propor hoje uma discussão sobre território exige, além de um conhecimento da historicidade do conceito, uma definição da escala e da abordagem

que se pretende problematizar, posto que os diferentes olhares refletem, também, diferentes análises sobre um mesmo objeto de estudo.

O que fica claro é que, independente da corrente conceitual e epistemológica, observa-se que as novas reflexões e concepções de território trazem no seu bojo termos como “componente essencial” e “dimensão histórica”. Essas visões mais complexas e dialéticas tornaram-se possíveis graças principalmente a autores que se esforçam para espacializar a história e temporalizar a geografia.

De fato, o território ainda representa uma base material de exercício de poder, porém suas interfaces transcendem o aspecto do palpável. O território é pensado e reelaborado, recriado e redefinido por poderes nem sempre pertencentes a este território recriado / redefinido. A tendência globalizadora e o modo de produção capitalista permitem a inferência, direta e indireta, de territórios uns nos outros e a existência de conflitos de poder.

É nesse contexto que torna-se imprescindível o debate sobre dinâmicas territoriais, suas causas e conseqüências, e mais precisamente as feições e ressignificados que estas imprimem no território. Na verdade, as dinâmicas territoriais permeiam continuamente nossa realidade, e por isso exigem uma análise em diferentes escalas.

No Brasil, sem dúvida, o fator de maior contribuição para as recentes transformações no espaço nacional e conseqüente dinâmica territorial foi o avanço tecnológico das últimas décadas, que contribuiu para uma modernização, porém uma modernização conservadora, em virtude da perpetuação de pensamentos e atitudes arcaizantes. Para Dias (1996, p. 138), “a dinâmica territorial brasileira passou, nos últimos trinta anos, por profundas transformações com o surgimento de novas estratégias financeiras, industriais e técnicas”.

Para Santos (2001), há uma crescente instrumentalização do território, porém, como ela é seletiva e privilegia recortes desse território, “agrava as disparidades entre quem pode conhecer o território e quem é menos favorecido para fazê-lo” (SANTOS, 2001, p. 99-100).

Se, no início do século XX e por longo período, a localização das indústrias determinou a seletividade espacial no Brasil e o desenvolvimento desigual das regiões, nos últimos anos foram os investimentos em telecomunicações que integraram

desigualmente o território, provocando, segundo Dias (1996, p. 129), dois fenômenos: “a centralização do comando em alguns raros pontos do território e a dispersão das atividades bancárias, manufatureiras, agrícolas e minerais sobre o conjunto do território”.

Na análise da realidade baiana, vários são os fatores que potencializam as dinâmicas territoriais e socioespaciais. Pode-se citar, dentre eles, o turismo, a agroindústria e o setor petroquímico e de gás natural.

O turismo na contemporaneidade é concebido como estratégia de desenvolvimento e atividade econômica de destaque. O capital externo está cada vez mais presente e o *marketing*, mais agressivo (SILVA, 1996). A indústria do turismo gera empregos, modifica a paisagem, dinamiza o comércio e reestrutura as políticas locais.

Na agroindústria, as gigantescas figuras geométricas desenhadas no oeste baiano pelo projeto sojicultor da COACERAL são alimentadas por capitais japoneses. A reestruturação produtiva ditada pelo capital configurou na região uma nova divisão territorial do trabalho, baseada na monocultura e na grande propriedade (HAESBAERT, 1996).

Em relação ao setor petroquímico e de gás, a Bahia tem uma história peculiar, pois aqui foram encontradas as primeiras reservas do país, nas perfurações da região de Lobato, na cidade de Salvador, em 1939. Como única província petrolífera nacional até 1960, o Recôncavo Baiano passou por uma grande dinamização das atividades de pesquisa e exploração de petróleo e do gás natural, principalmente com a criação da Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A, em 1954 (BRITO, 2004).

Segundo Brito (2004), inicialmente, a Petrobras adotou ações microeconômicas no que tange ao desenvolvimento de suas atividades e na iniciativa em atrair e implantar indústrias na Bahia, aumentando, por exemplo, a capacidade de refino no Centro Sul e privilegiando investimentos industriais neste recorte espacial, além de restringir a utilização de gás natural por outras empresas.

Contudo, é inegável que as atividades ligadas ao petróleo e ao gás natural na Bahia promoveram uma nova dinâmica socioespacial, que reorganizou o território e reestruturou as atividades produtivas e sua distribuição. Dentre as ações dinamizadoras, pode-se citar a implantação e pavimentação asfáltica de parte da malha rodoviária

estadual, a circulação de grande massa de recursos financeiros, incluindo *royalties*, investimentos e impostos, e um exponencial crescimento urbano, a partir de grandes obras da construção civil e incremento populacional (BRITO, 2004).

Hoje, a descoberta do pré-sal e sua exploração podem incrementar as economias de diversos estados, que já estão se mobilizando para angariar os benefícios advindos do petróleo, quadro que se verifica também no espaço baiano, que tem, por exemplo, um estaleiro em São Roque do Paraguaçu para reformas de plataformas e condições geográficas favoráveis para a construção de um grande dique seco, além da maior exploração do campo de Manati, na bacia de Camamu.

Percebe-se que as atividades econômicas, acompanhadas de forte atuação de políticas públicas, do poder do Estado, da ação dos agentes hegemônicos do capital privado e da quantidade e fluidez da informação, incrementam as dinâmicas territoriais⁷.

Nesse contexto, o desenvolvimento deve ser encarado a partir de uma nova conjuntura, que exige a valorização das potencialidades locais com o intuito de oferecer as oportunidades necessárias a uma melhoria nos padrões socioeconômicos da população local.

A reativação do canteiro de São Roque, sua reestruturação e o projeto de construção de dique seco e de outro estaleiro, Enseada do Paraguaçu, neste distrito do município de Maragogipe, pode representar uma importante dinamização para as economias deste e dos municípios vizinhos, no que diz respeito ao comércio e à prestação de serviços, infra-estrutura, geração de emprego e renda e demanda de cursos técnicos e profissionalizantes.

Contudo, é preciso entender de que forma essas obras e instalações interagem com a realidade local, posto que estas, se não acompanhadas por políticas de incentivo e geração de emprego para a população dos municípios vizinhos, por exemplo, não serão representativas de um desenvolvimento e não atenderão às expectativas já criadas pelos habitantes desses municípios no que se refere à melhoria das condições de vida.

⁷ O que se pretende afirmar a partir das leituras iniciais é que as atividades econômicas potencializam ou contribuem para a dinâmica territorial. Na verdade, todo território tem sua própria dinâmica, determinada por agentes os mais diversos. A atividade econômica incrementa essa dinâmica, numa análise que leva em consideração a variável econômica.

A indústria e o setor petroquímico na bahia

O processo de industrialização na Bahia, a exemplo do que ocorreu no Brasil, se caracterizou por se desenvolver tardiamente, no período entre fins do século XIX e início do século XX, e pelo seu caráter concentrador, se expandindo em Salvador, cidades próximas (que viriam a constituir a Região Metropolitana) e cidades do interior com representativa concentração populacional e/ou infraestrutura.

O comportamento das atividades do setor industrial – distribuição, desenvolvimento e diversificação – alterou consideravelmente as relações espaciais baianas, inferindo diretamente na dinâmica econômica estadual, nas formas de apropriação e gestão do território e na consolidação do espaço geográfico baiano.

Nessas relações, destacam-se os processos que acompanharam a industrialização na Bahia, dos quais a urbanização e o crescimento populacional (absoluto e no espaço urbano) são extremamente relevantes para a compreensão dos processos engendrados no território.

Analisando o crescimento populacional baiano entre as décadas de 1940 e 2000, Silva e Rocha (2003) afirmam: “Percebe-se que as maiores taxas de crescimento ocorrem entre 1960 e 1980, quando se dá a expansão da integração da Bahia no contexto nacional e a industrialização baiana na Região Metropolitana de Salvador.” (SILVA; ROCHA, 2003, p. 87)

Após análise de dados demográficos, Silva e Rocha (2003) reafirmam a importância da industrialização para o crescimento da população urbana nos municípios baianos, enfatizando agora, porém, a importância das atividades ligadas ao setor petrolífero/petroquímico, iniciados na Bahia nos anos 1950.

Com efeito, o processo de metropolização tem sido intenso na Bahia associado ao da industrialização no entorno de Salvador, sobretudo a partir da década de 70. Mas, o processo já tinha sido deslanchado nos anos 50 com a exploração e refino de petróleo no Recôncavo e, nos anos 60, com a implantação do Centro Industrial de Aratu. Entretanto, toda a dinâmica foi acelerada com o Pólo petroquímico de Camaçari, inaugurado em 1978. Tudo isso trouxe um dinamismo demográfico para Salvador e os municípios vizinhos. (SILVA; ROCHA, 2003, p. 102-103)

Outros autores, como Uderman (2005), também destacam a relevância do setor ligado ao petróleo para o desenvolvimento da atividade industrial na Bahia e o incremento da economia no estado:

A implantação do complexo petroquímico e de um parque sidero-metalúrgico alterou definitivamente o perfil da economia baiana, evidenciando o seu caráter complementar à dinâmica das áreas centrais do país no âmbito de um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações e consolidando o papel exercido pela atividade industrial no estado. (UDERMAN, 2005, p. 3)

Nesse contexto, há de se destacar o caráter concentrador da atividade industrial baiana, que se desenvolvia e se disseminava nos espaços dotados de infraestrutura, além de ser baseada também em investimentos de grande porte, principalmente do capital privado e estrangeiro.

A indústria passa a figurar como uma atividade econômica de grande relevância para o estado da Bahia, tendo grande representatividade no Produto Interno Bruto (PIB). A diversificação e a expansão da indústria garantiriam ao estado destaque em termos de crescimento econômico na região Nordeste e também, em termos relativos, no país.

No entanto, essa atividade tem forte ligação com o contexto econômico mundial, sofrendo alterações significativas de acordo com as mudanças macroeconômicas implementadas nas grandes economias e com os acontecimentos que afetam as relações internacionais. Para Uderman (2005):

O período que compreende a década de 1980 e se estende até meados dos anos 1990, de fato, foi profundamente marcado pela desaceleração econômica provocada pelo segundo choque do petróleo, pela crise da dívida externa brasileira e pelas dificuldades enfrentadas no que se refere ao controle inflacionário e ao ajuste fiscal. (UDERMAN, 2005, p. 5)

Esses acontecimentos mostraram que a indústria baiana ainda era muito incipiente, e que novas políticas deveriam ser adotadas no sentido de permitir um maior crescimento da atividade. Em meados da década de 1990, após um período de estabilização, os órgãos de fomento, de planejamento e desenvolvimento regional

adotaram novas estratégias a fim de promover uma expansão e consolidação do processo de industrialização na Bahia.

Dentre as novas medidas, além de financiamentos governamentais, destacam-se principalmente as políticas de atração, que se baseiam na concessão de terrenos e de incentivos fiscais. Tais iniciativas fizeram da Bahia um campo promissor para investimentos estrangeiros. Hoje, o setor industrial na Bahia segue a tendência nacional de desconcentração, adotando novos pólos de desenvolvimento das atividades e novos setores como estratégicos (papel e celulose, calçadista) para a ampliação dos centros industriais e valorização nos mercados interno e externo.

Materiais e procedimentos

Para compreender como o estaleiro de São Roque do Paraguaçu interfere na dinâmica territorial dos municípios de Maragogipe e Nazaré, tem-se que analisar o seu processo de atuação nesses municípios, que envolve o desenvolvimento das atividades diretas (construção civil, engenharia, instalações) e indiretas (geração de empregos, cooptação de mão-de-obra, dinamização da economia). No entanto, uma compreensão mais profunda e, assim, mais precisa, requer também uma busca dos elementos que induziram a reativação deste estaleiro, a importância da região do Recôncavo para a Petrobras, a localização estratégica e geograficamente favorável dentre outros fatores.

A fim de compreender a dinâmica territorial promovida pela reativação do canteiro de São Roque nos municípios de Maragogipe e Nazaré foram indispensáveis leituras sobre os conceitos de território, dinâmicas territoriais, rede urbana. As leituras de Santos (1998; 2001), Raffestin (1993) e Ribeiro (2009), dentre outros, introduziram a discussão sobre território, que foi acompanhada pelo debate sobre dinâmica territorial proposto por Dias (1996), análises que precisam ser aprofundadas.

Além do levantamento bibliográfico, foram feitos levantamentos cartográfico e documental. Os mapas e cartas da região marítima e terrestre de São Roque são indispensáveis para a delimitação geográfica do estudo – localização – e para a compreensão da relevância do estaleiro em diferentes escalas, para os municípios propostos no estudo.

A fim de compreender as políticas governamentais voltadas para os recursos energéticos e suas implicações no território serão relevantes, no andamento da pesquisa,

as análises do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS), dos Planos Plurianuais (PPAs) e do PAC – Bahia (Programa de Aceleração do Crescimento) bem como o registro fotográfico da área do estaleiro, suas atividades e dos municípios em estudo, visando identificar como essa dinamização econômica se materializa no espaço.

Os agentes sociais diretamente envolvidos devem contribuir para a pesquisa. Para gestores de empresas, engenheiros responsáveis pelas obras e representantes dos setores de hotelaria e comércio, bem como representações políticas municipais e estaduais, serão aplicadas entrevistas, visando colher informações que possam enriquecer o trabalho.

Implicações da reativação do estaleiro de São Roque

A grande questão que norteia esta pesquisa foi uma busca pela compreensão de como a reativação do estaleiro de reparos e construção de plataformas de São Roque do Paraguaçu potencializa / incrementa a dinâmica territorial nos municípios de Maragogipe e Nazaré, no Recôncavo Baiano.

Em São Roque, atualmente, acontecem cursos profissionalizantes realizados pelo PROMIMP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, que estão capacitando jovens para o mercado de trabalho em diversas áreas, como solda, caldeiraria, pintura industrial e outros. No canteiro, trabalham em média 2.000 pessoas, e grande parte desse contingente é mão-de-obra dos municípios de Maragogipe e Nazaré, bem como Itaparica, Vera Cruz, Muniz Ferreira e Aratuípe.

Neste canteiro, estão sendo realizadas atualmente a construção de duas plataformas, P-59 e P-60, além de reparos em outras unidades móveis da Petrobras. A previsão é que a demanda de serviços seja cada vez maior nos próximos anos, fato que levou os governos federal e estadual a investirem na reestruturação do canteiro, no projeto de construção de um dique seco e em um projeto de um novo estaleiro, já em fase final de licenciamento ambiental.

Uma parte dos funcionários do estaleiro de São Roque que vieram de outros estados reside em Nazaré. Numa investigação inicial, isso promoveu uma demanda por alojamentos e residências, potencializando os setores de hospedagens, aluguel e imobiliário. Além disso, parte significativa desses funcionários recebe seus vencimentos na rede bancária deste município, fato que dinamiza o setor bancário local.

Não obstante, os conflitos de interesses já começam a aparecer, quando moradores de Maragogipe se mostram contrários ao emprego de trabalhadores de outros municípios, já que existe mão-de-obra local sem exercer atividade. O discurso adotado pelos diferentes agentes também deve ser analisado neste aspecto, pois com o intuito de ter o apoio e a aceitação popular para as novas instalações, propaga-se a geração de emprego para toda a região.

Ainda tratando desses conflitos, existe o embate entre os que apóiam e os que reprovam a ampliação do estaleiro através do dique seco e a construção de outra instalação. Os agentes políticos e uma parcela da população se mostram favoráveis, pela dinamização que provavelmente ocorrerá, ao passo que grupos ambientalistas e comunidades tradicionais se posicionam contra, devido às implicações que podem causar.

Figura 2 – Foto do canteiro de obras em São Roque, com a plataforma P-14 em reforma, ao fundo.



Acervo: Carlos E. L. Santos, em 28/12/2009

Assim, pode-se entender que as atividades provenientes da construção e reforma de plataformas em São Roque do Paraguaçu modificaram a dinâmica territorial de diversos municípios do entorno, dentre eles os acima citados.

Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio Sobre o Desenvolvimento Brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- BRITO, Cristóvão. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- DIAS, L. C. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César C. (Org.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.1, p. 115-144.
- FIGHERA, Delfina T. Estado e território: Suas relações e a globalização. In: SANTOS, M; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 108-115.
- HAESBAERT, R. Gaúchos e Baianos No Novo Nordeste: Entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Regionais. In: CASTRO, Iná de; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César C. (Org.). **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, v.1, p. 362-403.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Maria T. Franco. MILANI, Carlos R. Sanchez. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. (Org.). Salvador: EDUFBA, 2009.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **Brasil: Território e Sociedade no Século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- SANTOS, Theotônio dos. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, M; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 72-76.
- SILVA, Barbara-Christine Nentwig. ROCHA, Aline Pereira. Análise da dinâmica da urbanização no Estado da Bahia – 1940/2000. In: SILVA, Sylvio C. B. de Mello e. SILVA, Barbara-Christine Nentwig. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Sylvio C. B. de Mello e. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. pp. 122-143.

SILVA, Sylvio C. B. de Mello e; FONSECA, Antonio Angelo M. Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o Estado da Bahia. In: **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano X, nº 17, Salvador – BA, jan. 2008.

SOUZA, Maria Adélia A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 21-28.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

UDERMAN, Simone. A indústria de transformação na Bahia: características gerais e mudanças estruturais recentes. **I Encontro de Economia Baiana**. Salvador/BA, set. 2005.